

Jogando fora das quatro linhas da Constituição

Jornal da Universidade / 19 de janeiro de 2023 / Artigo



Artigo | Alfredo Alejandro Gugliano, do departamento de Ciência Política, analisa as relações entre o bolsonarismo, as forças armadas e a tentativa de golpe de estado de 8 de janeiro

*Por: Alfredo Alejandro Gugliano

*Foto: Flávio Dutra/JU

A invasão e destruição nos prédios dos três poderes, no dia 8 de janeiro, foi um evento que marcará a trajetória da democracia brasileira por longo tempo. Impactou no país e também no exterior, seja pelos prejuízos irreversíveis, seja pelo fato de um grupo político ter-se sentido autorizado a usar meios violentos para questionar uma eleição homologada e um presidente empossado. Uma tentativa de golpe de Estado baseada na ideia fantasiosa de que as Forças Armadas, naquele momento, iriam afrontar a democracia do país.

Wilhelm Reich, quando analisou o extremismo nos anos 1930, alertou que o fascismo era um movimento de pessoas comuns que, a partir de intensos estímulos externos, constroem uma fantasia política assentada na idealização dos valores religiosos e da vida militar. É impossível ler a sua narrativa sobre o comportamento de "pequeno-sargento", adotado por civis alemães tentando imitar marchas e cânticos militares, sem lembrar dos acampamentos bolsonaristas diante dos quartéis. Hannah Arendt discutiu fenômeno semelhante a partir da banalidade do mal na Alemanha nazista, discutindo como "homens subalternos" adotaram comportamentos genocidas sem a menor reflexão sobre o significado desses atos.

A lista dos vândalos presos remete à ideia assustadora de que em sua maioria são pessoas comuns que, estimuladas por determinados interesses, se transformaram em criminosos. E nisso reside a particularidade da questão: não adianta somente punir os invasores da Praça dos Três Poderes, é necessário penalizar e desarticular o grupo político que planejou e financiou esse atentado. Muito especialmente, é preciso averiguar as responsabilidades do governo anterior a partir das repetidas tentativas do ex-presidente Bolsonaro visando deslegitimar o resultado das eleições presidenciais.

A invasão da Praça dos Três Poderes não foi uma mobilização espontânea, mas fruto de apurada organização e bem estruturada logística. O surgimento de documento encontrado na casa do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, prevendo a convocação de um estado de defesa no Brasil, o que impediria a homologação dos resultados eleitorais, não só reforça essa convicção, como também aponta para responsabilidades. Há indícios de que o documento é apenas uma peça de um quebra-cabeça, sendo necessário investigar a ligação com o atentado a bomba desbaratado em Brasília a finais de dezembro de 2022, pois, segundo depoimento do terrorista preso, o atentado visava gerar um clima de pânico para justificar a instalação de um estado de exceção no país. Também é preciso verificar a vinculação disso com os acampamentos e a pregação por uma intervenção militar, elementos com potencial para desestabilizar a ordem democrática.

Nos últimos quatro anos ataques à democracia foram uma tônica no Brasil, sendo que em vários momentos o Governo Bolsonaro e seus apoiadores afrontaram a institucionalidade democrática pedindo fechamento do Congresso Federal, do STF e a intervenção militar.

As grandes manifestações de 2013 e 2016 já haviam sido um preâmbulo disso, demonstrando a existência de setores ultranacionalistas dispostos a sair às ruas em defesa de uma pauta conservadora. As irregularidades cometidas para depor a presidente Dilma Rousseff, também para prender Lula da Silva, cimentaram as bases para a formação de uma cultura política extremista que alimentou os acampamentos na frente dos quartéis e estimulou a invasão dos prédios dos três poderes.

É preciso recordar que a redemocratização brasileira, após a derrota das Diretas Já, se transformou num pacto nas sombras, subscrito por setores civis e militares, impedindo punir os crimes e excessos cometidos na ditadura militar – algo que favoreceu a construção da imagem idílica dos militares como tábua de salvação do país, reproduzida à exaustão pelos bolsonaristas acampados diante dos quartéis.

Também é necessário lembrar como ocorreu a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a prisão de Lula da Silva em 2018. Rousseff foi deposta por procedimento administrativo – apelidado de "pedaladas fiscais" – que estava incorporado à rotina da administração pública brasileira, sendo inclusive regulamentado pelo Senado Federal dois dias após a sua deposição. E, no caso da prisão de Lula da Silva, as irregularidades na condução do processo pelo juiz Sérgio Moro foram tantas que o STF, em 2021, decidiu anular a condenação por questões técnicas e por reconhecer a parcialidade do juiz.

Jacques Rancière sublinhou que o extremismo se alimenta do ódio, notadamente contra a democracia. O bolsonarismo respira e vive nesse ambiente, alimentado por uma complexa teia de desinformação e fake news, narrativa baseada na disseminação do ódio em relação aos seus adversários e intolerância frente a argumentos contrários, afetando amplo espectro de relações sociopolíticas e, em certas condições, rompendo inclusive com vínculos familiares.

No governo Bolsonaro, boa parte dessas práticas foram toleradas por parcelas do espectro político brasileiro, mas, diante da invasão da Praça dos Três Poderes, parece que a condescendência acabou. Todavia, enquanto as principais instituições civis vêm se manifestando sobre esses ataques, instituições militares permanecem em silêncio, mesmo diante de indícios de colaboração com os atos extremistas em alguns quartéis.

Nesse sentido, mesmo com a rápida resposta do governo federal e das principais autoridades do país, ainda não temos motivos para comemorar. É necessário ampliar os esforços para impedir que aventuras golpistas voltem a prosperar, o que passa não só pelo fortalecimento das instituições democráticas e da sociedade civil, mas também por um debate público sobre o papel das Forças Armadas numa sociedade democrática, aprofundando o previsto no texto constitucional.

Alfredo Alejandro Gugliano é professor do departamento de Ciência Política da UFRGS.

"As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo."

:: Posts relacionados



Aumento na violência nas escolas aponta a necessidade de criação de políticas públicas de promoção d...



Como o combate à masculinidade tóxica pode se inserir no ambiente escolar?



Neusa Demartini, a comunicação e a literatura



O samba de Vera Daisy Barcellos

:: ÚLTIMAS



Mulheres reinventam o futebol feminino, mas modalidade ainda enfrenta estigmas e desafios



Silvia Secieru e os 50 anos de UFRGS



Impacto da enchente no ambiente alimentar



Água, saneamento e higiene (WASH) em cenários de conflito armado no Haiti



Desafios urbanos no envelhecimento



Carta aos leitores | 23.09.24



Paridade na consulta para a reitoria, agora adotada na UFRGS, ainda não é consenso entre as universidades federais, aponta mapeamento



Paradesporto propicia melhora na qualidade de vida e auxilia a pessoa com deficiência a projetar o futuro



Da sala de aula às ruas devastadas do Sarandi



Extensão popular para mudar a Universidade!

INSTAGRAM

Jornal da Universidade
@jornaluniversidadeufrgs

Follow

REALIZAÇÃO

JORNAL DA
UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro |
Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:
90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br

View on Instagram